



MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS - ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA

O artigo 57, inciso III, da Lei Orgânica Municipal dispõe que cabe ao Prefeito Municipal iniciar o processo legislativo.

A Lei Orgânica Municipal em seu artigo 57, inciso III, dispõe que compete ao prefeito municipal iniciar o processo legislativo.

O artigo 41, inciso III, dispõe que é privativa do Prefeito Municipal a iniciativa de Projetos de Lei que disponham sobre questão orçamentária.

A presente proposição tem como finalidade a abertura de crédito suplementar para aquisição de veículo destinado ao fortalecimento das ações da Atenção Básica no município de Bom Jardim de Minas/MG, com o objetivo de melhorar o acesso da população aos serviços de saúde, especialmente nas áreas mais afastadas.

Os recursos financeiros utilizados para esta aquisição são oriundos de **transferência do Fundo Nacional de Saúde (FNS)**, por meio do **Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde**, componente do financiamento federal do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Lei nº 1.897/2025, em seu artigo 3º, dispôs sobre a abertura de crédito especial quando deveria ter legitimado a abertura de crédito suplementar, tendo em vista que serão utilizados os valores oriundos do excesso de arrecadação para suplementar uma dotação existente.

Sendo assim, este Projeto insere no orçamento a natureza de despesa de R\$ 92.581,00 (noventa e dois mil, quinhentos e oitenta e um reais) e revoga a Lei 1.897/2025.

Vale reportar aos ensinamentos de J. Teixeira Machado Jr. e Heraldo da Costa Reis:

"O orçamento, durante a sua execução, pode ser alterado por diversos motivos, destacando, dentre eles, as variações de preços de mercado dos bens e serviços a serem adquiridos para



MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS - ESTADO DE MINAS GERAIS

consumo imediato ou futuro, as incorreções no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais e as omissões na Lei de Orçamento, além de fatos imprevisíveis e urgentes que ocorrem durante o exercício e que independem da vontade do administrador." (A Lei 4.320 Comentada, 31ª ed., Ed.IBAM, págs. 107 a 119).

A matéria é extremamente relevante, considerando a necessidade de estruturar e qualificar os serviços prestados à população no âmbito da Atenção Básica;

Por isso, apresenta-se este Projeto de Lei para apreciação desta Casa Legislativa.

Bom Jardim de Minas, 18 de setembro de 2025.


José Francisco Matos e Silva
Prefeito Municipal